

EDUCAÇÃO (AMBIENTAL): O AMBIENTE COMO MECANISMO DE SUPORTE PARA A RUPTURA COM A ORDEM HEGEMÔNICA ESTABELECIDADA.

VALTER MACHADO DA FONSECA¹

RESUMO

Este trabalho discute a Educação Ambiental, sob um enfoque diferenciado daquele preconizado pela mídia capitalista. Ele trata o ambiente (natural e modificado) como uma dimensão da educação, não como algo separado ou um novo campo de investigação. Ele procura focar um breve histórico da Educação ambiental, contextualizando-a, dentro do processo da crise de paradigma que permeia os tempos modernos. Para tanto, ele argüi sobre os vários conceitos e noções de ambiente, defendidas pelas diversas correntes teóricas que tratam das temáticas ambientais. Este ensaio analisa, ainda, os desafios e as possibilidades da utilização das temáticas ambientais, numa perspectiva transversal e multidisciplinar no currículo escolar. Para que esta prática logre êxito é necessária uma abordagem teórica do que vem a ser a transversalidade, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Sem essa compreensão, corre-se o risco de se criar um novo objeto de estudo acoplado no campo do conjunto das ciências. Por fim, este artigo conclui que para se tratar as temáticas ambientais, torna-se imprescindível uma (re)flexão epistemológica sobre as relações sociedade-natureza.

PALAVRAS – CHAVE

Ambiente – Educação Ambiental – Interdisciplinaridade - Currículo

¹Técnico em Mineração pela Escola Técnica Federal de Ouro Preto-MG, Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia-MG (UFU) e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – FACED/UFU/CAPES, machado04fonseca@yahoo.com.br

**(ENVIRONMENTAL) EDUCATION: THE ENVIRONMENT AS A
MECHANISM OF SUPORT FOR THE RUPTURE WITH THE
HEGEMONIC ORDER ESTABLISHED**

ABSTRACT

This paper discusses the environmental education, under a different argument from that one made by the capitalist media. It deals with the environment (natural and modified) as a dimension of education, not as something separated or in a new field of investigation. It tries to focus on a brief history of the environmental education, contextualizing it inside the process of the crisis of paradigm, which permeates modern times. For this, it discusses about the several concepts and notions of environment, defended by the many theoretical chains, which deal with the environmental themes. This paper also analyses the challenges and the possibilities of the utilization of the environmental themes, in a crosswise and multidisciplinary perspective in the school curriculum. For this practice to be successful, it is necessary a theoretical approach of what this crosswise form, interdisciplinarity and multidisciplinary are. Without this comprehension, we run the risk of creating a new “object” of study together in the field of sciences. At last, this article concludes that to deal with the environmental themes, it is indispensable the epistemological reflection about the relations between nature-society.

KEY-WORDS

Environment – Environmental Education – Interdisciplinarity - Curriculum

INTRODUÇÃO

Este ensaio tratará das temáticas ambientais, sob um enfoque diferenciado daquele abordado pelos diversos órgãos oficiais, diferentes correntes pedagógicas, várias tendências ambientalistas, e, sobretudo, daquele utilizado, frequentemente, pela grande rede de comunicação de massas. A “Educação Ambiental” tem se constituído num termo que expressa o modismo das temáticas ambientais, o qual possui como único objetivo justificar e legitimar a exploração desordenada dos recursos naturais do planeta, o que, em última instância, justifica a mais valia capitalista. A Educação Ambiental enfocada neste artigo será uma extensão da dimensão da própria educação. Não se podem separar os estudos acerca da relação natureza-sociedade do enfoque geral do processo educacional.

A Educação Ambiental, nos dias de hoje, tem sido considerada como sinônimo de reparos, no processo de degradação do ambiente, fruto do modelo irracional de desenvolvimento econômico. Neste sentido, é corriqueira a existência de campanhas de reciclagem de efluentes, coleta seletiva, preservação de espécies animais e/ou vegetais isoladas, campanhas de limpeza de ruas, praias, dentre outras, como se isso fosse resolver o grande problema da degradação ambiental do planeta. Ora, as grandes catástrofes ambientais que marcam a modernidade, são provas, mais que suficientes, de que a degradação do ambiente global é um problema que não se resolve responsabilizando a população por suas conseqüências. Trata-se, sobretudo, de um problema estrutural do modo de produção capitalista. Isto não quer dizer, que a população

não possa auxiliar na preservação e conservação do ambiente, mas, acima de tudo é preciso apontar os verdadeiros e maiores responsáveis pela degradação do ambiente.

Diante dessas considerações, a **Educação (Ambiental)**² a ser trabalhada neste artigo terá por base uma (re)flexão epistemológica da relação natureza-sociedade. Este artigo também tratará da (re)flexão teórica sobre os vários conceitos de ambiente. Aqui, se enfatizará a discordância com o termo **meio ambiente**³, tão frequentemente utilizado pela rede de comunicação de massas. A problematização acerca desse termo se dará ao longo deste texto.

Outro aspecto a ser abordado neste artigo se refere às possibilidades de inserção das práticas trans/inter/multidisciplinares das temáticas ambientais no currículo escolar. Por fim, este artigo abordará a Educação Ambiental como um instrumento que possa auxiliar no combate à fragmentação e compartimentação dos conteúdos curriculares e, sobretudo, possa servir de alavanca para a unificação de saberes, significando e (re)significando as práticas próprias do cotidiano de educandos e educadores, no ambiente extra-escola.

A MÍDIA E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Não se pode tratar das temáticas relativas ao ambiente, sem tecer as devidas considerações sobre a ideologia embutida nos discursos ambientalistas, que permeiam as ações dos diversos organismos, correntes, e tendências que tratam da temática ambiental, nos dias atuais.

² O termo **Ambiental**, sempre que aparecer entre parênteses, significará que o texto se refere à educação entendida em sua dimensão de inseparabilidade das relações natureza-sociedade.

³ O termo **meio ambiente**, nos moldes como é utilizado pela mídia, expressa a idéia de fragmentação intencional, fruto da racionalidade técnica que permeia o discurso positivista/cartesiano da modernidade.

A mídia enfoca, cotidianamente, as conseqüências relativas à degradação ambiental, como problemas do **meio ambiente**⁴. Este trabalho apresenta a discordância com essa terminologia, uma vez que ela expressa a idéia de fragmentação do ambiente, enquanto o grande palco, onde ocorrem as relações sociedade-natureza. Esta fragmentação é intencional, pois deriva da racionalidade técnica, oriunda do pensamento positivista/cartesiano, base ideológica do modelo de produção e expansão do capital. Tal fragmentação visa, em última instância, focalizar os problemas ambientais em pedaços isolados, em partículas desarticuladas, como se o ambiente não fosse um todo, dessa forma, se tenta desviar a atenção dos reais motivos da desordem ambiental, fruto do modo de produção econômico que rege a sociedade dos tempos modernos.

Marx (1977, p.37), refere-se à natureza como o “substrato”, a fonte genuína, da qual se extrai toda a “matéria prima necessária à sobrevivência do ser humano”, à confecção de mercadorias e “fonte primária para a construção de ferramentas, equipamentos e máquinas que vão constituir-se nos meios de produção para a geração da mais valia, razão de ser do modo de produção capitalista”.

Diferentemente do que tenta passar a grande rede de comunicação de massas, o ambiente deve ser visto como um todo e não fragmentado pela diferenciação do “belo” e do “feio”. A grande mídia coloca em evidência as paisagens naturais: cachoeiras, rios, montanhas, vales e florestas como algo separado do “feio”, ou seja, da ação humana sobre a natureza, numa tentativa desesperada de legitimar os discursos ambientalistas contemporâneos, que no

⁴ Grifo dos autores.

final das contas justifica a exploração irracional do ambiente. Aqui, neste trabalho tentar-se-á despir esses conceitos de toda a hipocrisia, forjada pela propaganda capitalista dos tempos modernos. Aqui, tentar-se-á observar o ambiente em suas feições internas e externas, vistas de cima e de baixo, onde se leve em consideração as contradições oriundas da racionalidade técnica e científica.

Para a reflexão sobre as relações sociedade-natureza, é importante destacar uma contribuição de HENRI LEFEBVRE (1979, p.233-234):

O sujeito – o homem – separa-se da natureza graças a seu poder sobre ela, a seus instrumentos, a seu entendimento e a seu poder de abstração. Porém, quanto mais ele se separa da natureza, tanto mais penetra profundamente na natureza, por meio de seu conhecimento e de sua ação. O “subjetivo”, humano, contém assim – no coração de seu próprio movimento – o carecimento, a necessidade da natureza. Na ação produtora e no conhecimento, ele resolve incessantemente esse conflito, que sempre renasce, entre o sujeito e o objeto (entre o homem e a natureza). Ele tende para a absoluta identidade (o conhecimento e a posse completa da natureza). Aqui, sob esse ângulo, a idéia aparece como *unidade do sujeito e do objeto* (com o acento posto sobre o objeto), ou seja, do homem concreto e vivo com a natureza material. Por conseguinte, a idéia é *ao mesmo tempo a idéia do homem e a idéia da natureza*⁵ (com o acento posto sobre a natureza, isto é, insistindo sobre a realidade e a prioridade da natureza).

Diante do exposto, é mister compreender o ambiente como o palco e motivação dos conflitos. Nele observam-se os elementos perceptíveis e “imperceptíveis”. Os primeiros referem-se aos ecossistemas naturais e aos modificados pela ação do “sujeito” (o homem) sobre o objeto (a natureza): os elementos bióticos e abióticos, os ecossistemas naturais e seu frágil equilíbrio, o espaço urbano, a concentração de capital, as diversas formas de poluição, a expansão da fronteira agrícola, o braço estendido do capital sobre o campo, dentre outros.

⁵ Grifos do original.

Os elementos “imperceptíveis” da natureza são resultados das disputas: a supremacia dos dominantes sobre os dominados; a expansão do abismo entre ricos e miseráveis; a concentração da riqueza material no hemisfério norte; a segregação sócio-espacial e as conseqüências nefastas da racionalidade técnica e científica.

A degradação do natural explica-se, destarte, por não atingir todos os homens indistintamente conforme enfatiza Theodor Adorno (1982, p.54): “Una humanidad general es ideologia porque escamotea en el hombre las nada mitigadas deferencias del poder social, la del hambre y superfluidad, la del espíritu y dúctil imbecilidad”.

Então, para se tratar das temáticas relativas ao ambiente faz-se necessário uma (re)flexão epistemológica sobre a relação sociedade-natureza e as conseqüências dela derivadas. A problemática ambiental é herdeira direta da superestrutura econômica da sociedade capitalista e do modo como ela se apropria dos recursos do planeta, para produzir a mais valia, razão de ser desse modo de produção. Portanto, ela é um problema político e, como tal deve ser tratada. Neste sentido, para se discutir o tema, com a seriedade que ele merece, torna-se também fundamental rever e resgatar os conceitos de democracia plena, cidadania, (des)envolvimento e, sobretudo, de ética.

CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES (2004) enfatiza o modo como os problemas ambientais são tratados pela mídia:

[...] estamos muito longe das respostas *à la carte* que nos são oferecidas por um ecologismo ingênuo, embora muitas vezes bem-intencionado, que a mídia manipula sabiamente, convidando-nos, a cuidar do lixo nosso de cada dia ou daquela espécie que está ameaçada. Faça a sua parte, convidam-nos, como se a parte de cada um na injustiça ambiental que impera no mundo fosse semelhante à de todos; como se o todo fosse a soma das partes. (GONÇALVES, 2004, p.17) (grifo do original)

Da mesma forma, ele indaga sobre o modo irracional, por meio do qual, o homem se apropria dos recursos naturais do planeta e da necessidade de se resgatar as dimensões éticas, políticas e filosóficas, embutidas no trato das temáticas ambientais:

Com a questão ambiental estamos diante de questões de claro sentido ético, filosófico e político. Que destinos dar à natureza, à nossa própria natureza de seres humanos? Qual é o sentido da vida? Quais os limites da relação da humanidade com o planeta? O que fazer com o nosso antropocentrismo quando olhamos do espaço o nosso planeta e vemos como ele é pequeno e quando entendemos que somos apenas uma dentre tantas espécies vivas de que nossas vidas dependem? (GONÇALVES, 2004, p.18)

Quando se nega o caráter ético, político e filosófico, necessário na análise dos temas da natureza, se está, de fato, reafirmando a “lógica” nefasta da racionalidade técnica e científica do “progresso” a qualquer custo, apregoado pelo processo ilógico de reprodução e expansão do capital. Então, para se realizar um estudo sério do ambiente e de sua exploração irracional e desordenada, é preciso questionar esta forma de “progresso”, é imprescindível indagar sobre seu custo-benefício como o faz Gonçalves (2004):

Dizer que a problemática ambiental é, sobretudo, uma questão de ordem ética, filosófica e política é desviar de um caminho fácil que nos tem sido oferecido: o de que devemos nos debruçar sobre soluções práticas, técnicas para resolver os graves problemas de poluição, desmatamento, erosão. Esse caminho nos torna prisioneiros de um pensamento herdado que é, ele mesmo, parte do problema a ser analisado. Existe uma crença acrítica de que sempre há uma solução técnica para tudo. Com isso ignoramos que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido em si a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico. (GONÇALVES, 2004, p.18)

Dessa maneira, é preciso aprofundar a análise epistemológica das relações sociedade-natureza, é preciso levar este debate às últimas conseqüências. É preciso reafirmar seu caráter político e filosófico, é preponderante resgatar os valores da ética, pisoteados pela globalização liberal-conservadora, a grande responsável pela destruição galopante do grande

ecossistema planetário. Esses aspectos são deixados de lado, “esquecidos”, de forma conveniente, pela mídia capitalista, pois, não interessa a ela questionar as bases do sistema produtivo irracional que lhe dá sustentação. Em seu vácuo, vão também grande parcela de ONG’s, correntes ambientalistas e pedagógicas que discutem as temáticas da natureza. Esses organismos, ao negarem o aprofundamento da análise das relações sociedade-natureza, acabam auxiliando o discurso conservador apregoado pelo sistema capitalista, por intermédio da mídia.

EDUCAÇÃO (AMBIENTAL): PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA E CONCEITO.

O termo “Ambiental” foi, intencionalmente, colocado entre parênteses porque ele não pode ser desvinculado da educação, trata-se, fundamentalmente, de uma dimensão da própria educação. Na verdade a chamada Educação Ambiental (EA) foi uma terminologia gestada dentro dos marcos do capitalismo, com o intuito de remendar os estragos por ele provocados ao ambiente e, ao mesmo tempo, legitimar e legalizar a forma de exploração dos recursos naturais. A partir desse subterfúgio surgiram os termos como: “ecologicamente correto”, “ambientalmente correto”, “preservação da ararinha azul e/ou do mico leão dourado” “tomar consciência de”, “reciclar”, “coleta seletiva”, “cada um é responsável pelo seu lixo”, dentre muitos outros. Aqui, não se está querendo dizer que a população não possa fazer sua parte, mas, somente essas ações nunca serão suficientes para superar os desafios ambientais. É preciso questionar as raízes do problema. É neste contexto que se construiu a proposta da EA, para reparar os estragos do modo de produção capitalista. Isto, em última instancia, acaba por incentivar e legitimar a

superprodução industrial, a sociedade de consumo, as grandes vilãs do processo de degradação ambiental, embaladas pelas campanhas de reciclagem, de coleta seletiva e das campanhas do “ecologicamente correto”, tão utilizadas pelas grandes empresas, como forma de agregar valor a seus produtos e, com isso, aumentarem seus lucros já exorbitantes.

É fugindo desses moldes que este artigo pretende analisar a prática da educação vinculada com sua dimensão ambiental. A Educação (Ambiental) que, aqui se propõe foge da lógica da reprodução do capital e se volta para a reflexão epistemológica sobre a relação sociedade-natureza, conforme enfatiza CARLOS FREDERICO B. LOUREIRO (2004):

[...] consideramos que a ausência de reflexão histórica configura um empobrecimento teórico da Educação Ambiental, a começar pelo próprio entendimento do sentido que a educação ganha na relação sociedade-natureza e sua atuação no cenário reversão da degradação ambiental e da crise civilizatória instalada. Como bem nos disse Morin em algumas de suas obras de destaque, a mais social das idéias é exatamente a que promove a discussão e a ação em torno da categoria “conquista da natureza” e o contraponto “retorno à natureza”. Em suma, é estritamente histórico e cultural o modo como nos definimos como natureza e a entendemos a partir das relações sociais e do modo de produção e organização em dado contexto. (LOUREIRO, 2004, p.38)

Portanto, o primeiro passo a ser dado rumo a uma Educação (Ambiental) é, necessariamente, o resgate do debate epistemológico das relações sociedade-natureza, no âmbito da própria educação. Para realçar esta necessidade é importante recorrer a uma formulação da PAULA BRÜGGER (2004):

Para que possamos, entretanto, apreender epistemologicamente a expressão “educação ambiental”, é necessário que nos coloquemos a seguinte pergunta: se antes a educação não era ambiental, o que mudou? Uma questão preliminar que não pode passar despercebida é que o resgate de uma perspectiva “ambiental” ou a introdução do adjetivo “ambiental” pressupõem a aceitação de que a educação não tem sido ambiental ou, em outras palavras, existe uma educação não ambiental que é a tradicional. Isso estabelece um diálogo tenso com o pensamento herdado em nossa sociedade, pois a chamada educação ambiental, como complemento ou alternativa à educação tradicional, se torna mais um exercício de hegemonia e, portanto, uma questão de poder. (BRÜGGER, 2004, p.33)

Assim, o que se deve conceituar, não é a Educação Ambiental, mas, como contrapontos, devem ser formuladas indagações, tais como: Qual a real função da educação? Qual sua relação com a natureza e com os seres que a habitam? Qual o diálogo epistemológico que a educação tem travado sobre as relações sociedade-natureza? A resposta a essas indagações significa, sem dúvida alguma, um passo grandioso, no sentido da construção de um novo olhar da educação sobre o ambiente e sua problemática e, conseqüentemente, um novo olhar sobre o homem e suas relações com os recursos naturais.

UM BREVE RELATO DA HISTÓRIA OFICIAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental surgiu em meados dos anos 1970 no bojo da busca de soluções para a crise ambiental. Para Pádua (2002, p. 55), ela “surgiu também em resposta à crise na própria educação; crise nessa educação que prioriza o racional, que compartimenta os saberes e que estimula a competição entre indivíduos e grupos”.

Se Pádua (2002) destaca o agravamento da problemática ambiental nas três últimas décadas, é certo que se trata de um problema que remonta ao final do século XVIII, com o advento da revolução industrial que, então, surge na Inglaterra. A partir daí, começou-se a perceber, de maneira cada vez mais gritante, a resposta do planeta terra às agressões dirigidas contra ele.

A Revolução Industrial iniciou um novo ciclo de inovações tecnológicas que se aperfeiçoam, intensificando a mais valia, condição indispensável à acumulação do capital, o que mantém a razão de ser do modo de produção

capitalista. Mas, todo esse “progresso” técnico-científico deixou, como legado, um violento impacto sobre a biomassa, os recursos naturais e a atmosfera.

Este impacto passou a ser visto com maior preocupação, na década de 1970, com as reações da Terra a essas agressões, na forma de grandes catástrofes: enchentes, terremotos, maremotos, furacões, chuvas ácidas, efeito estufa, buraco na camada de ozônio, radiação nuclear, etc.

No início do século XXI, o problema da degradação ambiental é tão evidente que faz com que os mais árdios defensores do desenvolvimento a qualquer custo parem para repensar suas ações. As conferências internacionais, que envolvem um conjunto cada vez maior de países, evidenciam a gravidade da situação.

A POSTURA DAS CIÊNCIAS E DA ESCOLA DIANTE DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL.

A problemática ambiental é herdeira direta da concepção de que o homem, por ser capaz de raciocinar, adquirir, produzir e organizar conhecimentos, está acima da natureza e das leis que regem o planeta e o mantêm em equilíbrio.

A maioria das pessoas, sobretudo aquelas que não estudaram as ciências biológicas, manifesta muito frequentemente uma tendência a situar o homem em confronto com a natureza, ou mesmo em oposição a ela. Segundo sejam essas pessoas otimistas ou pessimistas, vêem elas o homem como o rei da natureza ou a sua vítima (FRIEDEL, 1921, apud BRANCO, 1988, p.6).

Esta maneira de pensar e compreender a relação homem/natureza expressa por este filósofo francês, alimentou a crença de que o ser humano poderia reinar sobre todos os recursos naturais, explorando-os desordenadamente, sem se preocupar com as conseqüências dessa exploração.

Este comportamento foi incorporado à ciência, que dirige a transmissão do conhecimento a uma minoria privilegiada e o faz de forma compartimentada. O homem passou a pensar cada ramo do conhecimento separadamente, como fragmentos desarticulados, desconsiderando o todo e distante da sua relação com a natureza, o que o isola em seu “mundo”, longe da realidade e do cotidiano. Ao mesmo tempo, a escola se distanciou dos povos e se pôs a serviço de uma minoria dominante que dita os destinos da humanidade.

A grande maioria das escolas continua a dirigir o saber segundo os interesses dos grupos detentores do poder político e econômico. Esses grupos não desejam discutir o saber, na perspectiva de uma relação harmônica homem/natureza, contrário ao modelo de “desenvolvimento a qualquer custo” que defendem.

Diante disso, o desafio de educadores e educandos que defendem uma nova escola, que saia do discurso e da demagogia para a ação prática, voltada à produção do conhecimento a partir da realidade e dos problemas cotidianos é gigantesco. É preciso orientar a escola para a construção de um novo modelo de planejamento curricular, comprometido com a inserção do homem em seu habitat natural, um modelo de escola que permita a interação plena educador/educando/ambiente.

Para sintetizar este tópico, é importante a citação de Pádua (2002, p.53): “Todo ser vivo ocupa um nicho dentro da teia da vida. O ser humano nem sempre se dá conta de seu papel, pois há muito se distanciou da natureza e de suas origens biológicas”. No entanto, ressalta o autor, “não vivemos sem a natureza porque ela faz parte, ou melhor, ela está no âmago do nosso ser”.

AS TEMÁTICAS AMBIENTAIS E O CURRÍCULO ESCOLAR

Para a introdução da Educação (Ambiental) no currículo escolar, torna-se necessário um planejamento didático/pedagógico que permita romper com a fragmentação/compartimentação dos conteúdos curriculares e envolver o conjunto da comunidade escolar.

Outro aspecto fundamental deste projeto é o da capacitação e formação permanente dos educadores, grande parte dos quais são iludidos pela mídia, pelo consumismo que agrega valores a produtos, que, pretensamente conservacionistas, muitas vezes, tem alta carga poluidora. Os professores como todos os seres humanos, estão em processo de construção de saberes e de ações no ambiente. Assim, é necessário repensar a prática pedagógica, pelo estudo e pela aquisição de novas informações, inserindo os princípios da Educação (Ambiental) que devem direcionar a abordagem dos conteúdos estudados.

Segundo Medina (2002 p. 72), “todo processo de inovação exige para sua implantação, um processo paralelo de formação dos responsáveis pelas mudanças, e a implementação do processo de formação nos obriga a refletir sobre questões situacionais que possam interferir no trabalho”. Para essa autora, “necessitamos realizar a análise da instituição escolar e o conhecimento das relações intra-escolares e dos diversos agentes sociais envolvidos” (idem, p. 72).

Embora pareça algo simples, a introdução da Educação (Ambiental), no currículo, é um processo complexo que envolve diversos interesses econômicos, políticos, ideológicos. Medina (2002) continua:

A escola gerencia e possibilita complexas relações entre pessoas, tanto internas como externas, com interesses e diversas expectativas, grupos de poder que definem a micropolítica institucional e relações

personais conflitivas, diversos tipos de tensões e grupos de pressão diferenciados que produzem em seu conjunto a cultura do centro educacional (ibidem, p. 73).

Os elementos elencados acima apontam para a necessidade de debates aprofundados para unificação das razões, conseqüências e objetivos do novo plano curricular que integre a prática da educação ambiental.

A Educação (Ambiental), no currículo, requer o entendimento de quatro parâmetros fundamentais: transversalidade, transdisciplinaridade, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. A ciência, como se encontra hoje se fundamenta na disciplinarização e na fragmentação do conhecimento, herança da escola tradicional, que se nega a ligar os diversos campos do saber. Desta forma, ela não proporciona ao educando a possibilidade de, partindo do conhecimento adquirido, produzir novo conhecimento. Oliveira (2002, p. 61-62) afirma:

[...] a pedagogia moderna, embalada pelo contexto da cientificidade, permitiu a especialização dos profissionais da educação, a divisão da carga horária, a especificidade dos materiais didáticos, etc. No currículo disciplinar tudo pode ser controlado: o que o aluno aprende, como aprende, com que velocidade o processo acontece e assim por diante. [...] E é nesse contexto que, mais uma vez, a pedagogia apropria-se do pensar das ciências exatas, que buscavam a re-ligação das fronteiras das ciências.

Já Gallo (2001, apud OLIVEIRA, 2002, p. 61-62), aponta que “a interdisciplinaridade vai justamente ser pensada no âmbito da pedagogia como a possibilidade de uma nova organização do trabalho”.

A transversalidade rompe com a formalidade no tratamento dos conteúdos, trazendo a necessidade da escola repensar os valores e atitudes em todas as áreas, de forma a garantir a presença da dimensão político-social no direcionamento do trabalho pedagógico. Rompe-se, destarte, com o confinamento da atuação dos educadores e ampliam-se suas responsabilidades

com a formação dos educandos, o que implica a inclusão de temas essenciais, através do trabalho contínuo no decorrer de toda a escolaridade.

A Educação (Ambiental) é apenas um dos importantes temas para a formação do educando, mas que, trabalhada de forma transversal, pode ser o eixo articulador para uma integração maior de toda comunidade escolar, colaborando para que o processo pedagógico se torne mais prazeroso e resulte em ações que venham ao encontro das necessidades da escola, do bairro em que se insere e de toda comunidade. Para tanto, há que se traçar metas bem definidas, definir estratégias de ação e estabelecer o papel de cada um, pois, como ressaltam os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998),

[...] O tema Meio Ambiente pode ser mais amplamente trabalhado quando mais se diversificarem e intensificarem a pesquisa de conhecimentos e a construção do caminho coletivo de trabalho, se possível com interações diversas dentro da escola e desta com setores da sociedade. (BRASIL, 1998, p. 192).

A interdisciplinaridade questiona a segmentação dos conteúdos, sem levar em conta as inter-relações entre eles. Ela argüi a divisão compartimentada. Transversalidade e interdisciplinaridade são termos complementares: enquanto a transversalidade refere-se à dimensão e à possibilidade da didática estabelecer uma relação entre assimilar os conhecimentos sistematizados (aprender na e da realidade), a interdisciplinaridade constrói uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, necessária, pois:

[...] para que os alunos construam a visão da globalidade das questões ambientais é necessário que cada profissional de ensino, mesmo especialista em determinada área do conhecimento, seja um dos agentes da interdisciplinaridade que o tema exige. A riqueza do trabalho será maior se os professores de todas as disciplinas discutirem e apesar de todo o tipo de dificuldades encontrarem eles

para desenvolver um trabalho conjunto. Essa interdisciplinaridade pode ser buscada por meio de uma estruturação institucional da escola, ou da organização curricular, mas requer necessariamente, a procura da superação da visão fragmentada do conhecimento pelos professores especialistas. (BRASIL, 1998, p. 193).

Já a transdisciplinaridade significa que os temas fundamentais para a construção do conhecimento devam ser inerentes a todos os conteúdos e em todas as áreas do saber numa perspectiva multidisciplinar. Nesta ótica, a Educação (Ambiental) deve constituir-se num tema transversal que cimente todas as disciplinas e preencha as rachaduras da fragmentação e compartimentação dos conteúdos.

Porém, os termos interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade, necessitam de extremo cuidado ao serem tratados. Nos dias atuais, eles estão se transformando em modismo e, qualquer pessoa leiga em assuntos didático-pedagógicos, utiliza, a seu bel prazer, dessas terminologias, sem sequer saber os seus reais significados.

Para se tratar dessa abordagem faz-se necessário apreender e compreender os limites impostos pelos diversos campos e ramos do terreno das ciências, para tanto, a contribuição de ENRIQUE LEFF (2002, p.72) vem a calhar:

O ambiental aparece como um campo de problematização do conhecimento, que induz um processo desigual de “internalização” de certos princípios, valores e saberes “ambientais” dentro dos paradigmas tradicionais das ciências. Este processo tende a gerar especialidades ou disciplinas ambientais, métodos de análise e diagnóstico, assim como novos instrumentos práticos para normatizar e planejar o processo de desenvolvimento econômico sobre bases ambientais. Entretanto, esta orientação “interdisciplinar” referente a objetivos ambientais não autoriza a constituição de um novo objeto científico – o ambiente – como domínio generalizado das relações sociedade – natureza.

Assim, para se trabalhar a dimensão ambiental da educação no currículo, torna-se imprescindível a apreensão, novamente, do diálogo epistemológico no campo das relações sociedade-natureza. Além disso, é preciso uma nova postura

dos educadores diante dessa abordagem e, uma compreensão das temáticas ambientais num enfoque amplamente contextualizado dentro do processo das crises educacional e ambiental, que permeiam os tempos modernos conforme explica LOUREIRO(2004):

Concretamente, cabe aos educadores ambientais entender a profundidade da crise em que estamos inseridos, considerando suas causas estruturais, para trabalhar com os sujeitos do processo educativo de modo que a própria compreensão do atual momento seja ampliada e a informação seja contextualizada, servindo como parâmetro para a construção de alternativas teóricas e práticas. (LOUREIRO, 2004, p.52)

A formulação de Loureiro sintetiza bem, a forma que se deve proceder os educadores, diante dos desafios colocados para o tratamento das temáticas ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (PARCIAIS)

Este ensaio procurou dissertar, sob um novo enfoque, os temas relacionados à problemática ambiental. Para tal, ele procurou lançar um novo olhar sobre as noções e conceitos referentes aos termos Ambiente, Educação (Ambiental), com base no resgate da reflexão teórico-epistemológicas das relações natureza-sociedade. Ele enfatiza que as temáticas relativas às questões ambientais, devem constituir-se numa dimensão do próprio processo educacional, como um todo. Do mesmo modo, ele combate a caracterização do termo meio ambiente, divulgado pela mídia capitalista, como forma de fragmentar o debate a respeito do binômio sociedade-natureza, induzido pela orientação positivista/cartesiana que orienta a produção do conhecimento preconizada pela escola tradicional.

Num segundo momento, o texto argüi sobre os desafios da inserção das temáticas ambientais, num enfoque trans/inter/multidisciplinar no currículo

escolar e, ao mesmo tempo alerta sobre os cuidados no tratamento sob esse enfoque.

Por fim, o artigo aponta as temáticas ambientais como importantes instrumentos, que poderão auxiliar na (re)ligação dos saberes entre os diversos campos do conhecimento, além da possibilidade de se constituírem em valorosas ferramentas que poderão ser utilizadas, no sentido de construir a ruptura com a fragmentação e compartimentação dos conteúdos curriculares. Se bem trabalhadas, as temáticas ambientais podem se constituir em eficientes instrumentos, que podem auxiliar na quebra da ordem do discurso capitalista hegemônico, que permeia o processo educacional da modernidade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **La ideología como lenguaje: la jerga de la autenticidad**. 6. ed. Tradução de Justo Pérez Corral. Madri: Taurus, 1982.

-BRANCO S. M. **O Meio Ambiente em Debate**. São Paulo: Moderna, 1988.

-BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia**. Brasília, 1998.

-BRÜGGER, P. **Educação ou Adestramento Ambiental?** 3ed. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

-GONÇALVES, C. W. P. **O Desafio Ambiental**. Emir Sader (org.). Rio de Janeiro: Record, 2004. ___ (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização)

-LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

-LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

-_____. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M. (org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

-LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e Fundamentos da educação ambiental**. São Paulo, Cortez, 2004.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**; Trad. Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

-MEDINA, N. N. O desafio da formação de professores para a Educação Ambiental. In: MINAS GERAIS (Estado). Secretaria Estadual de Educação. **Educação Ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor**. Belo Horizonte, 2002. _(Lições de Minas, 17). p. 69-84

-OLIVEIRA, R. C. F. Transversalidade no currículo escolar: ética e meio ambiente, MINAS GERAIS (Estado). Secretaria Estadual de Educação. **Educação Ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor**. Belo Horizonte, 2002. _(Lições de Minas, 17).p. 61-68

-PÁDUA, S. M. Um caminho ousado e estimulante rumo a um mundo melhor. In: MINAS GERAIS (Estado). Secretaria Estadual de Educação. **Educação Ambiental: ação e conscientização para um mundo melhor**. Belo Horizonte, 2002. _(Lições de Minas, 17). p. 53-60